PROJETO Mulheres na Ciência Política

ABCP
Associação Brasileira
de Ciência Política

PROJETO Mulheres na Ciência Política

Coordenação: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda, Flávia Biroli, Luciana Tatagiba, Vanessa de Oliveira

Comissão executiva: Carla Almeida, Cristina Buarque de Hollanda

Revisão e finalização: Bianca Florencio

Programação visual: Bruno Maggioni, Contágio Criação

Uma realização da Associação Brasileira de Ciência Política, sob a gestão (2018-2020) de Flávia Biroli (presidente), Fernando Guarnieri (secretário executivo), Luciana Tatagiba (secretária executiva adjunta), Ednaldo Ribeiro, Fabiano Engelmann, Luciana Ballestrin, Maria Dolores Lima da Silva, Mariana Batista, Monique Menezes, Ricardo Fabrino Mendonça, Rogério Arantes, Vanessa Elias de Oliveira.

ABCP
Associação Brasileira de Ciência Política

ENTREVISTAS

1. **Argelina Figueiredo (UERJ)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
2. **Céli Pinto (UFRGS)**, por Luciana Ballestrin (UFPel)
3. **Celina Souza (UNIRIO)**, por Maria Abreu (UFRJ)
4. **Cristina Carvalho Pacheco (UEPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
5. **Denise Paiva (UFG)**, por Fabiana da Cunha Saddi (UFG)
6. **Eliane Superti (UNIFAP)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
7. **Evelina Dagnino (UNICAMP)**, por Flávia Cristina Regilio Rossi (Unicamp)
8. **Gabriela Tarouco (UFPE)**, por Monique Menezes (UFPI)
9. **Lígia Helena Hahn Lüchmann (UFSC)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
10. **Lindijane de Souza Bento Almeida (UFRN)**, por Olívia Cristina Perez (UFPI)
11. **Lourdes Sola (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ)
12. **Luciana Aliaga (UFPB)**, por Lizandra Serafim (UFPB)
13. **Maria Hermínia Tavares de Almeida (USP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
14. **Maria Luzia Álvares (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
15. **Maria Regina Soares de Lima (UERJ)**, por Letícia Pinheiro (UERJ) e Carlos Milani (UERJ)
16. **Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
17. **Maria Teresa Sadek (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
18. **Maria Victoria de Mesquita Benevides (USP)**, por San Romanelli Assumpção (UERJ) e Glenda Mezarobba (Pesquisadora Independente)
19. **Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)**, por Helga do Nascimento de Almeida (UNIVASF)
20. **Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)**, por Carla Ayres (Pesquisadora Independente)
21. **Marilde Loiola de Menezes (UnB)**, por Danusa Marques (UnB)
22. **Marlise Matos (UFMG)**, por Breno Cypriano (UFMG)
23. **Marta Arretche (USP)**, por Luciana Martins (UFES)
24. **Mônica Mata Machado de Castro (UFMG)**, por Claudia Feres (UFMG)
25. **Monique Menezes (UFPI)**, por Camila Maria Risso Sales (UFLA)
26. **Nírvia Ravena (UFPA)**, por Maria Dolores L. da Silva (UFPA)
27. **Rachel Meneguello (UNICAMP)**, por Luciana Tatagiba (Unicamp)
28. **Raquel Kritsch (UEL)**, por Carla Almeida (UEM)
29. **Sônia Draibe (UNICAMP)**, por Vanessa Elias de Oliveira (UFABC)
30. **Vera Chaia (PUC-SP)**, por Natasha Bachini (UERJ)

O PROJETO

A Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) tem um compromisso histórico com a compreensão e o aprimoramento da Ciência Política no Brasil. É neste sentido que, no momento atual, se volta para as relações de gênero e analisa as diferentes formas como essas relações estruturam os contornos do nosso campo disciplinar e o exercício da profissão. Nosso objetivo com esse projeto é duplo. Por um lado, buscamos dar continuidade a esforços das diretorias que nos precederam no sentido de resgatar nossa memória institucional. Por outro lado, queremos evidenciar a contribuição das mulheres na construção dos alicerces de nossa disciplina, algo nem sempre devidamente considerado.

O Projeto Mulheres na Ciência Política se iniciou em 2018. Uma de suas frentes, desenvolvida ao longo de 2019, foi a realização de entrevistas com mulheres que atuam na área. São mulheres de diferentes gerações e regiões do país, cujas trajetórias denotam forte compromisso com a construção e consolidação da Ciência Política, por meio das atividades de pesquisa, de ensino e do desempenho de funções administrativas em diferentes âmbitos.

Ao todo, foram 29 entrevistas, que agora tornamos públicas. Contamos com o trabalho e apoio qualificado de 23 entrevistadoras, também da área de Ciência Política, com afinidades teóricas e, em muitos casos, parcerias e proximidade afetiva com as entrevistadas. A todas elas, entrevistadas e entrevistadoras, agradecemos por terem aceitado fazer parte desse projeto, por sua seriedade, compromisso e afabilidade em todo o processo. Nos encontros que resultaram nas entrevistas aqui reunidas, a produção do conhecimento e a afetividade estiveram entrelaçadas. Para nossa Diretoria, essa dimensão do projeto foi algo muito valioso, visto encarnar nossa aposta em uma forma de produção do conhecimento que seja ao mesmo tempo rigorosa e solidária, onde o cuidado de si e o cuidado do outro não sejam contrapostos à produção intelectual, mas seu ingrediente ineludível.

Vemos essas entrevistas como um momento inicial dos esforços da ABCP para reconhecer a relevância das cientistas mulheres e melhor entender quem são, suas trajetórias e se, e como, o fato de serem mulheres toca seu desenvolvimento acadêmico e profissional. Esperamos que outros esforços se somem a esses e mais trajetórias possam ser conhecidas.

Para além da visibilidade, nosso objetivo é contribuir para a reflexão sobre relações de poder no próprio campo. As entrevistas, assim como o livro Mulheres, poder e Ciência Política, organizado pelas coordenadoras do projeto e que será publicado pela Editora da Unicamp no ano de 2020, oferecem diferentes tipos de dados e experiências narradas que permitem identificar vieses e problemas que merecem nossa atenção.

Iniciamos esta breve apresentação mencionando o compromisso da ABCP com a compreensão e aprimoramento da Ciência Política no Brasil. Gostaríamos de finalizar o texto ressaltando que nosso entendimento é que isso envolve a construção de relações mais igualitárias e democráticas, dentro e fora da academia e da disciplina. Há muitos desafios para a produção do conhecimento e, também, para a reinvenção das relações de gênero, de modo que violência, assédio e a reprodução de práticas formais e informais que significam desvantagens para as mulheres sejam superadas.

Flávia Biroli (presidente Abcp)

Fernando Guarnieri (secretário executivo)

Luciana Tatagiba (secretaria adjunta)

Diretoria ABCP 2018-2020

NOTA DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Projeto Mulheres na Ciência Política traz a público trajetórias profissionais femininas que marcaram a constituição e a expansão desse campo disciplinar no Brasil. Ao longo dos anos de 2018 e 2019, ele promoveu a entrevista de trinta cientistas políticas brasileiras de diferentes gerações, regiões e instituições. Temos clareza de que se trata de um conjunto muito reduzido de profissionais de uma área cujos esforços de estabelecimento e expansão foram significativamente femininos. Com intenção apenas exploratória – que poderá ser ampliada e aprimorada no futuro – o projeto contemplou mulheres que iniciaram sua formação em fins dos anos 60 e 70 e empreenderam as primeiras ações de institucionalização da Ciência Política no país, mulheres que participaram ativamente do processo de consolidação da Ciência Política nas décadas seguintes e, por fim, mulheres que atuaram na expansão experimentada pela área no Brasil, notadamente nos anos 2000, com a criação de novos programas de graduação e pós-graduação pelo território nacional.

Nessa empreitada, contamos com uma equipe de 23 colegas entrevistadoras que tinham ou tiveram alguma relação prévia com as entrevistadas, seja de orientação, vida profissional em comum, e/ ou afinidade e admiração intelectual. A elas agradecemos a generosa disponibilidade e também o entusiasmo com que acolheram o projeto. A partir de um roteiro semiestruturado proposto pelas organizadoras deste projeto após debate amplo, as entrevistadoras atuaram com liberdade e acrescentaram suas próprias questões às entrevistadas, ao sabor do próprio curso das entrevistas e também de suas cumplicidades com as entrevistadas. O material farto que resultou desse empreendimento coletivo tem traços comuns que permitem estabelecer comparações entre as entrevistas, mas tem também marcas das interações muito particulares entre entrevistadas e entrevistadoras. Na organização do material, além de pequenos textos livres de auto-apresentação das entrevistadas, incluímos também trechos em que as entrevistadoras comentam sua experiência de entrevista e, assim, dividem com o leitor elementos para que possam compreender seu contexto de interação.

Evidentemente, as entrevistas não esgotaram a pluralidade das trajetórias das mulheres partícipes da construção e expansão da área no país e deixaram de fora centenas delas. Entretanto, a preocupação em contemplar diferentes gerações, regiões e filiações institucionais gerou um corpus discursivo multifacetado, rico e suscetível a diferentes perguntas de pesquisa e interpelações analíticas. A expectativa é de que esse material inspire outras iniciativas que ampliem nosso conhecimento sobre a Ciência Política, a presença das mulheres e outros marcadores de desigualdade que fizeram e fazem parte da construção desse campo disciplinar no país.

Carla Almeida

Cristina Buarque de Hollanda

Comissão Executiva do Projeto Mulheres na Ciência Política

Nota Introdutória

LETÍCIA PINHEIRO E CARLOS MILANI

Nestes muitos anos de amizade e parceria acadêmica, não foram poucas as conversas que tivemos com Regina. Ambos nos encontramos com ela em momentos diferentes e fomos, os dois, carinhosamente acolhidos por Regina no IESP-UERJ. Trocar ideias sobre nossas pesquisas, sobre os artigos em parceria, sobre os seminários e as conferências que organizamos e dos quais participamos, além dos prazerosos debates sobre a política internacional e a política externa brasileira em particular, montar projetos para o futuro, entre muitos outros temas, têm sido parte de nossa rotina de trabalho e de nossos almoços diários.

No dia 20 de março, entretanto, nós três nos reunimos, desta vez, para falarmos da trajetória profissional de Maria Regina que, em muito, se confunde com sua vida pessoal. Em pouco mais de uma hora, foi enriquecedor ouvi-la discorrer sobre as descobertas, os reveses, as conquistas e as surpresas que traçaram seu caminho até aqui. No relato de seu percurso, ficou ainda mais claro para nós aquilo que seus colegas, alunos e alunas conseguem identificar logo nos seus primeiros encontros: o rigor da reflexão, o destemor da dúvida, a paixão pela profissão e a dedicação institucional. E se a entrevista encomendada era com a Cientista Política, o que Regina generosamente nos ofereceu em seu relato, ao final o que ouvimos também reforçou nossas certezas sobre a mulher, a colega e a amiga tão especial que ela é.

Auto-apresentação

MARIA REGINA SOARES DE LIMA

Possuo doutorado em Ciência Política pela *Vanderbilt University* (1986). Fui professora adjunta do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) de 1976 a 2010 e professora do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) de 1987 a 2010. Já fui membro do Conselho Consultivo do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (IPRI/MRE); do Comitê Acadêmico e da Comissão de Pós-graduação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs); da Comissão Acadêmica e da Comissão de Pós-graduação da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP); do Conselho Editorial da Revista *Foreign Affairs en Español*; fui coordenadora das subáreas de Política, Sociologia e Antropologia da área de Ciências Humanas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e membro do Comitê Assessor De Ciências Sociais/Ciência Política do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Atualmente, leciono no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ – IESP/UERJ, coordeno o *Observatório Político Sul Americano* – OPSA/UERJ e sou membro do corpo editorial do periódico *Política Externa*, da USP. Os principais temas que atuo são política exterior brasileira, instituições políticas, economia política, política social e sistema internacional. Meu atual projeto de pesquisa é *Regionalismo e Poder Regional: O Brasil em perspectiva comparada*.

Entrevista

Letícia Pinheiro: *Entrevista com a professora Maria Regina Soares de Lima pelo projeto Mulheres na Ciência Política da Associação Brasileira de Ciência Política [ABCP]. Boa tarde Regina.*

Maria Regina Soares de Lima: Boa tarde, Letícia, boa tarde Carlos.

Carlos Milani: *Boa tarde.*

LP: *Nós recebemos a grata incumbência de te entrevistar, de conversar com você. Primeiramente, gostaríamos de conversar sobre a sua trajetória profissional no campo da Ciência Política [CP] e Relações Internacionais [RI]. Para você falar um pouco da sua formação, as suas filiações institucionais...*

MRSL: Fiz graduação na PUC [Pontifícia Universidade Católica] em Sociologia. Quando entrei, em 1963, o curso era de Sociologia e Economia. Naquele ano, a Sociologia se separou da Economia. Na verdade, queria fazer História – isso foi no início de 1960, pois tive uma excelente formação em História durante o ensino médio em um colégio de freiras. Em função de conversas com pessoas amigas, acabei escolhendo Sociologia, mas não tinha muito ideia do que era, porque não era tão comum, e foi uma revolução em todos os sentidos para mim.

LP: *Desculpe te interromper, mas você falou em conversas com pessoas. Alguma pessoa em particular que tenha te influenciado para essa mudança?*

MRSL: Um primo meu. Estudamos e fizemos vestibular juntos, já que na época não havia cursos preparatórios. E também algumas colegas do colégio. Resolvi fazer Sociologia, que não era tão comum. Ciência Política, então, nem existia. Entrei em 1963 e foi uma mudança da água para o vinho, pois vinha de um colégio de freiras. Na minha geração, ou você se casava ou ia para a faculdade – não que quem cassasse não fizesse faculdade, mas terminando o ensino médio em um colégio de classe média/média alta, a escolha era essa. Na faculdade, descobri a política, a liberdade sexual, descobri tudo, pois era outro mundo. Fiz Sociologia e tive muitos bons professores, o professor Francisco Falcon, de História, e especialmente o Padre Ozanam, que nos introduziu na Política e na Sociologia.

LP: *E ele era professor de Política?*

MRSL: Não, ele era professor de Teorias Sociológicas Contemporâneas. Estudávamos vários autores da Sociologia Clássica, como Weber, Marx, Durkheim, mas também autores contemporâneos como Parsons e Merton. No meu último ano da universidade, fiz um curso com o professor Cândido Mendes sobre o seu livro "Nacionalismo e Desenvolvimento" que cobria muitos temas de política internacional. Nunca mais me esqueci, porque coube a mim fazer uma apresentação sobre o conflito sino-soviético. Foi a partir daí que ele me chamou para trabalhar no que ainda não era o Iuperj [Instituto de Pesquisa Científica no Rio de Janeiro] e, assim, fui encaminhada para a Ciência Política. A sede era na Cândido Mendes, localizada na Praça XV. Fui alocada em um projeto dirigido pelo Carlos Estevam Martins, que era uma replicação de um projeto realizado originalmente, se não me engano, no Chile – isso foi em fins de 1965, início de 1966 – um *survey* sobre elites. A ideia era reproduzir esse estudo das elites no Brasil e eu estava envolvida, me indicaram para ser assistente de pesquisa

nesse ambiente. Em meados de 1960, Cândido Mendes convidou alguns intelectuais cariocas, como César Guimarães, Wanderley Guilherme dos Santos e Carlos Estevam Martins para implementar um projeto acadêmico-intelectual que, inicialmente, foi pensado como uma recriação do Iseb [Instituto Superior de Estudos Brasileiros].

CM: *Você já havia terminado a graduação?*

MRSL: Já. E assim que terminei, o Cândido Mendes me convidou para trabalhar fazendo parte de uma equipe de jovens pesquisadores que estava montando com pessoas recém-saídas da universidade. De certa forma, o ambiente era mais de Ciência Política, inclusive esse projeto que era sobre Elites e Desenvolvimento. Antes um pouco, participei de outro projeto com o Rubem Fonseca, que era amigo do Cândido Mendes.

LP: *O escritor?*

MRSL: Sim o escritor. Ele era diretor da Light e amigo de Cândido Mendes, que também fora diretor da Light, e ele precisava de três pesquisadores para fazer uma pesquisa sobre a empresa. Foi uma experiência muito interessante. Fizemos pouca coisa, ele nos interrompia com frequência, contava muitas histórias, nos levava para almoçar. Neste projeto, trabalhei com Margarida Sá e Gloria Mariani. Mais tarde, fui trabalhar no projeto sobre Elites e Desenvolvimento, juntamente com Eli Diniz.

LP: *Que também estava nesse grupo de jovens pesquisadores...*

MRSL: Esse projeto de elites, que consistia na realização de um *survey*, constava de duas áreas: uma coordenada por Carlos Hasenbalg – que, no momento, estava vindo da Flacso [Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais] para o Iuperj –, e outra coordenada por Edmundo Campos Coelho, vindo da UFMG [Universidade Federal de Minas Gerais]. O projeto envolvia o estudo de empresários e burocratas e Carlos Hasenbalg ficou responsável pela coordenação da parte dos empresários, enquanto o Edmundo, a dos burocratas. Trabalhei como assistente no projeto coordenado por Edmundo juntamente com a Eli Diniz. Dessa forma, acabei me encaminhando para a Ciência Política.

CM: *Antes de entrar nessa fase da sementinha azul do antigo Iuperj, ainda sobre a graduação, você poderia falar sobre duas coisas? Uma seria se você tem memória de colegas que tenham marcado e seguido alguma trajetória; a outra, como foi fazer graduação nessa transição da democracia para a ditadura, já que pegou exatamente esses anos.*

MRSL: Tínhamos muitas aulas juntos, mas não me lembro se éramos da mesma turma. Fui contemporânea de Luiz Antônio Machado, mas acho que ele começou um ano antes; o Otávio Velho; o Moacir Palmeira; a Rosa, que depois se casou com o Moacir Palmeira; a Ligia Sygaud; a Angela Xavier de Brito; a Vera Feijó; a Celina Vargas, que entrou um ano depois; a Lícia Valladares, um pouco depois; a Alicinha.

LP: *Não era por créditos.*

MRSL: Deixe-me ver se não estou esquecendo ninguém...

CM: *Já é muita gente.*

MRSL: É, é muita gente. E a outra pergunta era?

CM: *Estudar na graduação nessa transição da democracia para a ditadura.*

MRSL: Vou falar da minha experiência, o que aconteceu. Eu não tinha nenhuma experiência política prévia, vinha de uma família mineira, de classe média que votava no PSD [Partido Social Democrático] e que estudara no Colégio Sion, que era um colégio de freiras. Na minha turma, havia mais mulheres do que homens e, curioso, porque as mulheres eram melhores na atividade acadêmica e os homens, quase todos, faziam política. Havia poucos homens na minha turma: o Fernando, que se casou com a Inês Quental; o Wellington Moreira Franco... Ah, a Vilma Figueiredo também foi minha colega de turma. Assim que iniciamos o curso, fomos organizados em grupos de trabalho, de discussão política e tudo era uma novidade para mim, achava tudo incrível. Esse primeiro ano, em 1963, foi assim só novidades. Depois veio 1964, que mudou completamente o clima na Universidade na PUC, não houve uma razia como na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], mas mudou o clima. Achávamos que todo mundo era espião do Dops [Departamento de Ordem Política e Social]. Me lembro que tinha um americano, que havia sido colega do César Guimarães no doutorado em Ciência Política em Chicago, que as pessoas cismaram com ele só por ser norte-americano. Era um clima muitíssimo desagradável, de desconfiança. Mas a PUC não sofreu tanto quanto as outras universidades em termos de denúncias e de prisões. O clima ficou mais pesado ainda no período em que fui para o Iuperj, porque o Instituto se tornou um espaço para abrigar pessoas que estavam sendo perseguidas pela repressão, elas ficavam lá por um tempo. O Cândido Mendes, apesar de tudo que nos fez e se tornou posteriormente, teve um papel importante no sentido de abrigar e dar emprego a pessoas "procuradas", como o Alcir Henrique da Costa e a sua esposa, a Flora. Às vezes, alguém chegava e ficava um tempo maior e era incorporado nas equipes de pesquisa. O ambiente era pesado, algumas vezes baixava um investigador no Instituto procurando por alguém. Nós não estávamos impedidos de fazer as coisas, mas mudou, o clima mudou radicalmente e, na universidade, a militância política arrefeceu. É verdade que fui para o exterior em 1971, depois do AI-5, quando a repressão piorou ainda mais.

CM: *E essas suas descobertas na graduação mudaram um pouco a sua relação com a sua família também?*

MRSL: Lembrei de mais uma mulher que foi minha colega, a Vitória Benevides. Na verdade, fui criada em uma família mineira, tradicional e, nessa época, ainda morava com meus pais e não ficava falando de política em casa, não levava para dentro de casa. Nunca mais me esqueci de uma vez em que o Chico Paiva Chaves, que era namorado da Maria Vitória Benevides e superengajado, foi me levar em casa. Eu morava em Ipanema, na Rua Barão da Torre, e chegando lá ele disse: “Ah, isso é um latifúndio urbano, tem de ser desapropriado” (risos). Não me recordo de ter nenhum tipo de choque com meus pais.

LP: *Mesmo quando escolheu fazer Sociologia não houve resistência em casa?*

MRSL: Não. A minha irmã tinha feito faculdade, cursara jornalismo, mas parou para se casar. Para eles, não houve nenhum problema. Na verdade, a repressão política foi maior depois, quando já trabalhava no Iuperj. Me lembro que uma menina, a filha da Sônia de Camargo, estava sendo procurada. Naquela época, final dos anos de 1960 e início dos 70, construiu-se, no Rio de Janeiro, uma rede informal de pessoas que ajudava o pessoal que estava em dificuldade política, que precisava de um abrigo antes de ir para o exterior. A filha da Sônia estava indo para o Chile e

precisava de um lugar para ficar. Acho que uma das pessoas que organizava esta rede era o advogado dela, o Marcelo Cerqueira. Ele e o César me pediram para abrigá-la em casa.

LP: *A menina, a filha da Sônia?*

MRSL: Exato. Antes de ela ir para o Chile, precisava ficar em algum lugar e, claro, tive que conversar com a minha mãe. Como, de repente, levo alguém para se hospedar na casa dela? A minha mãe disse que não tinha problema e falou com meu pai, que não se opôs – e eu achava que ele não ia querer. Minha mãe só ficava preocupada, porque a menina – que era bem mais nova do que eu – toda hora queria sair e minha mãe achava melhor não sair.

LP: *Mas isso já era o quê: 1967, 1968?*

MRSL: Isso era, no máximo, depois do Ato Institucional nº 5, em 1968. Foi muito pior depois do AI-5 do que no imediato pós-golpe em 1964.

CM: *Inicialmente, você já estava trabalhando como pesquisadora no Iuperj.*

MRSL: Sim, era assistente de pesquisa no exército de Brancaleoni, que era o Instituto naquela época no meio dos tempos difíceis da ditadura. Quando fui trabalhar no Iuperj, em 1966, tive uma bolsa de aperfeiçoamento da Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] e depois do CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], que terminou em maio de 1970. Também participei do primeiro concurso de mestrado em Ciência Política do Iuperj em 1969, juntamente com a Eli Diniz, a Vera Pereira, a Vilma Figueiredo. Nós estudamos juntas para a prova e todas passamos.

LP: *Vocês fizeram o mestrado onde?*

MRSL: Começamos no Iuperj. Acho que quem defendeu a primeira dissertação de mestrado foi a Eli, porque quando estava escrevendo a dissertação tive uma oportunidade de ir para os Estados Unidos fazer o doutorado – isso foi em meados de 1971.

LP: *Mas você concluiu o mestrado no Brasil?*

MRSL: Na verdade, não fiz a dissertação. No programa de doutorado que fiz nos Estados Unidos, depois que você passava nos exames de qualificação, podia apresentar um trabalho de curso e obter o título de mestre.

LP: *Então você iniciou no Iuperj e finalizou na...*

MRSL: O que aconteceu? Teve esse projeto das elites e o primeiro artigo que publiquei foi com a Eli Diniz, escrito originalmente para um curso que o Bolívar Lamounier ofereceu no mestrado sobre Oliveira Vianna e o pensamento político brasileiro. Nesse momento, tive uma oferta do Gláucio, que estava na Flacso, para ir para o Chile – isso foi antes do golpe no Chile, evidente –, mas a Fundação Ford tinha feito um investimento grande em Ciência Política no Brasil, e em Economia também, no DCP [Departamento de Ciência Política] da UFMG e no Iuperj e vários professores obtiveram recursos para fazer o doutorado no exterior. Da equipe original do Iuperj, Carlos Hasenbalg, César Guimarães, Wanderley Guilherme dos Santos, Amaury de Souza, posteriormente, Renato Boschi e Olavo Brasil de Lima, os dois últimos também tinham sido alunos do mestrado do Iuperj, foram para os Estados Unidos fazer o doutorado com financiamento da Ford. No âmbito do mesmo

financiamento, tive a oportunidade de uma bolsa para os Estados Unidos, e havia conhecido um professor no Brasil, Riordan Roett, que tinha feito uma tese sobre a Sudene e a Aliança para o Progresso e ele me convidou para ir para a Universidade de Vanderbilt. Assim, acabei indo para Vanderbilt para fazer doutorado em Ciência Política. Primeiro, o Renato Boschi foi para Michigan, e eu estava lá enquanto ele fazia o doutorado, e o Olavo foi depois.

LP: *Deixa eu te perguntar uma coisa: você estava falando que, na graduação, as mulheres tinham um desempenho acadêmico melhor no ensino e os homens mais na política.*

MRSL: Tenho a impressão que, nessa turma, havia mais mulheres que homens.

LP: *Isso que ia te perguntar. No Iuperj, pelo que você está falando, também havia uma presença muito grande de mulheres no corpo discente, agora, no docente, eram só homens?*

MRSL: Não no primeiro ano. Nosso primeiro ano de curso foram dois seminários: um ministrado pelo Bolívar Lamounier, sobre Pensamento Político e Social Brasileiro, e outro pela Maria Silvia de Carvalho, da USP [Universidade de São Paulo], sobre Teoria Sociológica. Depois vieram Carlos Hasenbalg, Edmundo Campos e Peter Mc'Donough, professor de metodologia. Também Neuma Aguiar, Luiz Antonio Machado, José Murilo de Carvalho, Amaury de Souza, Fernando Uricoechea, Eli Diniz e Elisa Reis.

CM: *E o ano que você vai para Vanderbilt? Você lembra o ano que foi pela primeira vez para começar o doutorado?*

MRSL: Fui a primeira vez em 1971 e em 1975 fiz os exames de qualificação.

LP: *Então você estava no Brasil no período de 1968, você até fez essa referência que foi ficando pior a repressão. Isso, no Iuperj, impactou demais a vida dos assistentes de pesquisa?*

MRSL: Tinha esse problema, de vez em quando chegava uma "pessoa", não se sabia exatamente quem ela era, perguntando por alguém. Havia várias pessoas, alvos da repressão ou com problema políticos, lá. A direção do Iuperj, não me lembro se César ou Wanderley, não comentava nada conosco, os assistentes de pesquisa; era tudo implícito, mas nós sabíamos do que se tratava. E estes recém-chegados ficavam por lá, pois era um ambiente, de certa forma, protegido. Não sei até que ponto o Cândido Mendes contava com alguma proteção da Igreja Católica, mas muitas pessoas passaram pelo Instituto. Foram intelectuais como Wilmar Faria, a Flora e o Alcir, e havia pessoas que foram abrigadas lá, que em determinados momentos estavam lá. Acho que foi um refúgio para os intelectuais e militantes que sofriam alguma perseguição política. Só não tinha, ainda, aqueles jovens que depois foram para a clandestinidade. Eram, basicamente, intelectuais com militância política pré-golpe de 64, como tinha sido o caso, por exemplo, de César Guimarães, que foi preso no imediato pós-64, e Wanderley Guilherme, aposentado como professor da UFRJ. Os dois, na verdade, criaram o Iuperj nos anos de 1960, foram fazer pós-graduação no exterior e retornaram depois como professores e diretores do Instituto.

CM: *Vamos falar da sua aproximação com o campo de Relações Internacionais e Política Externa. Você mencionou o momento da apresentação de um trabalho sobre o conflito sino-soviético na graduação. E depois disso, como é que relações internacionais e política externa voltaram a aparecer nas suas atribuições, ou tarefas de pesquisas, no seu interesse?*

MRSL: Foi durante a pós-graduação nos Estados Unidos – os cursos que fazemos acabam influenciando nas escolha dos temas de tese. Fiz um curso sobre análise da política externa norte-americana, já que não conhecia nada e quis aproveitar. Aprendi muito e gostei muito. Os cursos que me despertaram mais interesse foram dois: um sobre teorias do desenvolvimento ou algo assim, em que estudávamos a teoria da dependência – que era um *must* nos Estados Unidos –, e outro de Sociologia Política e Política Comparada de um ponto de vista histórico, com um professor muito bom. Esses dois cursos me abriram para a área internacional, principalmente o curso de teorias do desenvolvimento em que o professor Theodore Moran tinha escrito uma tese muito boa sobre a teoria da dependência e, claro, eu conhecia bem essa teoria, porque era a bibliografia lida no Brasil nos anos de 1970. Esses cursos me abriram a possibilidade de pensar o internacional. A universidade de Vanderbilt tinha uma área muito forte em política americana, mas eu não tinha muito interesse no tema, pois era só política americana. Tive interesse em fazer política externa americana. Os cursos na linha de Política Comparada e Relações Internacionais foram os que tive mais interesse. Em 1975, fiz o meu exame de qualificação e, então, obtive o mestrado, sem tese. Voltei para o Brasil em seguida, o que foi minha grande burrice.

LP: *Me chamou a atenção uma coisa. Você falou de dois cursos e esse de teoria do desenvolvimento foi um dos que te chamou a atenção sobre a questão internacional.*

MRSL: São os que me lembro mais, e também os cursos de teoria política, porque tivemos teoria política clássica, que eu não havia estudado ainda e o professor era muito bom.

LP: *Os cursos que te marcaram. Você disse que conhecia muito bem a questão da teoria da dependência. Então, ao longo desses cursos, como aluna, você tinha uma voz vinda do Brasil, do Sul, que, de alguma forma, discutia com o professor, trazia alguma novidade nesse debate, você tem lembrança? Talvez você fosse a única brasileira na turma.*

MRSL: De certo modo, o aluno americano – ao menos nessa época – era menos preparado do que nós, estrangeiros. Nós já entrávamos na pós-graduação com mais bagagem intelectual. A graduação dos alunos norte-americanos é muito ampla cobrindo várias áreas disciplinares com pouca especialização nos campos disciplinares; no Brasil, as Ciências Sociais é mais especializada, tínhamos cursos variados no campo das Ciências Sociais e cobríamos um leque mais amplo de leituras. No caso da teoria da dependência, ainda pouco conhecida por lá, fiz um *paper* que o professor gostou muito. Tive alguns colegas, não necessariamente na Ciência Política, bastante interessados em América Latina, porque vários deles havia participado do programa *Peace Corps* na região. Esses meus amigos também tinham interesse na América Latina e na teoria da dependência – assim como havia muitos economistas brasileiros, alguns deles até ocuparam, posteriormente, posições no governo do Collor. Também nessa época, fizemos um grupo de estudos sobre o pensamento de Mao Tsé-Tung, enfim, havia todo um clima, no âmbito das universidades norte-americanas da época, de interesse por um pensamento mais radical. Mas a fase mais estressante foi a da preparação para os exames de qualificação no final do curso, quando o aluno estuda novamente tudo o que aprendeu durante o doutorado. É um período de bastante estressante, horroroso... Nunca mais me esqueço dos dias em que fiz as provas, uma loucura. Em seguida, em 1975, voltei para o Brasil.

LP: *Você voltou já como mestre.*

MRSL: Sim, eu era *all but dissertation.* Foi bobagem regressar antes de terminar a tese, porque demorei muito mais tempo para terminar tudo. A minha bolsa não era Capes nem CNPq, eu tive apoio da Fundação Ford e da Fulbright, que me deu a passagem – não é como agora, que existe a

exigência das agências de terminar tudo antes de voltar, o que é muito melhor. Vários da minha geração que estudaram no exterior voltaram antes de mim. Cheguei aqui e já comecei a lecionar. O primeiro curso que dei foi sobre teoria das Relações Internacionais.

LP: *E você volta para o Iuperj e começa a...*

MRSL: Eu dava cursos de Relações Internacionais e, muitas vezes, os cursos tinham muito poucos alunos. Por isso, decidi fazer um investimento em outras áreas de ensino e pesquisa e passei a dar cursos sobre políticas públicas e *welfare state* comparado; além do mais, já tinha defendido o projeto – e a minha tese acabou sendo completamente diferente –, que era na linha da dependência e política externa. Não lembro exatamente o que era, não foi o que fiz, mas não importa. Comecei a entrar em outras áreas temáticas de política comparada e política social, por exemplo. Dei cursos com o Renato Boschi, com o Olavo Brasil, fazendo um esforço também no campo da pesquisa, até porque os recursos de pesquisa, naquele momento, estavam dirigidos para outras áreas da Ciência Política: políticas públicas, elites, burocracia etc. Não eram cursos de Relações Internacionais, que não tinha muito interesse entre os estudantes.

CM: *Se não tinha muita atração, como foi parar em suas mãos? Foi você que demonstrou interesse ou foi um jogo de poder interno que alguém disse: "olha, isso tem menos atração, vamos passar para a Regina"?*

MRSL: Não... Não era assim, eram cursos de oferta optativa.

CM: *Por que outros não deram, por que você deu?*

MRSL: Porque ninguém oferecia cursos na área internacional. Fiz o doutorado em Ciência Política e fiz alguns cursos de Política Internacional. Minha tese, apesar de eu ter mudado o esquema analítico no final, era sobre política externa brasileira. Eu que resolvi dar cursos de RI no Iuperj quando cheguei.

LP: *Foi iniciativa sua dar um curso de Relações Internacionais?*

MRSL: Foi. Comecei a dar cursos ampliando um pouco o leque. Em meados dos anos de 1980, havia um resto dos recursos que a Ford havia dado ao Iuperj para a formação do quadro docente no exterior. Olavo Brasil – que era diretor do Iuperj – e Wanderley Guilherme resolveram usar esse o final do *grant* para financiar meu retorno à Vanderbilt para ficar um ano e terminar de escrever a tese. Eles queimaram as minhas caravelas, não dava para desistir: ou terminava o doutorado, ou já era.

CM: *Você levou, na verdade, dez anos.*

MRSL: É, até um pouco mais. Sim, foi isso. Porque aqui pesquisava e lecionava sobre temas que não estavam diretamente ligados ao meu tema de tese e não conseguia me dedicar integralmente à sua elaboração. Foi o grande equívoco da minha vida, ter voltado logo ao final da qualificação sem ter terminado a tese. Entre a minha volta dos Estados Unidos, em 1975, e o meu retorno para a Universidade de Vanderbilt para escrever a tese, em 1984, me envolvi em várias outras atividades de pesquisa. Participei em diversas pesquisas sobre temas como: processo decisório em organizações complexas; política de comércio exterior brasileira e a Cacex [Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil]; avaliação de programas habitacionais para baixa renda; formulação da política norte-americana para a América Latina; exportações brasileiras não tradicionais e implicações políticas; demanda de mão de obra e formação profissional, por exemplo. Nestes projetos, dividi a

coordenação com amigos e colegas como Eli Diniz, Renato Boschi, Olavo Brasil, Monica Hirst, Alexandre Barros, entre outros. Naquele momento, estava em curso no Iuperj um projeto grande da Finep [Financiadora de Estudos e Projetos] na área de estudos da democracia que também participei com os demais colegas. Ia participando no que aparecia.

LP: *Pois é, você não estava selecionando os temas de pesquisa para o campo de Relações Internacionais.*

MRSL: Não, era o que tinha, o que aparecia. Havia muitos recursos das agências do Executivo, a burocracia estava se qualificando e contávamos com recursos governamentais para estudá-la.

LP: *Há alguns autores, algumas obras que já tinham, de alguma forma, te influenciado para o campo de Relações Internacionais, ou por alguma corrente específica?*

MRSL: A grade curricular do Doutorado na Universidade de Vanderbilt era bem característica daquele momento: Teoria Política, Teoria Clássica; então acabei lendo Aristóteles, Platão, e teoria contemporânea. Mas sentia que não me interessava suficientemente. Também constavam Relações Internacionais, Governo Americano, Metodologia e Política Comparada, que gostava muito. Esta última área incluía a literatura sobre modernização, que não gostava muito, mas também autores como Bendix e Eisenstadt, por exemplo. Fiz dois cursos nesta área que me impactaram: o de teorias do desenvolvimento, que cobria economia política internacional, teorias da dependência, teorias do imperialismo; e um outro sobre modernização comparada em perspectiva histórica, incluindo os processos na Europa e na América Latina. Eram temas que me interessavam. A leitura do Graham Allison também me influenciou, assim como os textos sobre política externa norte-americana. O Allison, inclusive, foi entrevistado para ser professor no Departamento de Ciência Política e o livro dele marcou muito a análise e o debate de política internacional na época, em especial a discussão sobre política burocrática.

CM: *Allison, "A essência da decisão".*

MRSL: Isso. Mas, especialmente, gostava dos temas e autores que hoje poderíamos chamar de institucionalismo histórico, na época eram chamados de teóricos da modernização. Eu gostava muito, porque combinavam o plano interno com o externo. Isso foi me interessando.

CM: *E nesses quase dez anos entre o retorno da sua primeira ida para Vanderbilt e a segunda para fazer a tese, você passou aqui fazendo pesquisa, dando alguns cursos. Havia algum debate, no então Iuperj, sobre política externa e relações internacionais que tenha te marcado? Você mencionou muito projetos de pesquisa sobre burocracia, sobre elites, sobre políticas públicas...*

MRSL: Sobre política externa participei, no início dos anos de 1980, de um projeto financiado pelo MRE [Ministério das Relações Exteriores do Brasil] sobre o perfil da produção bibliográfica nacional e internacional sobre relações internacionais e a política externa do Brasil. Naquele momento, o MRE estava investindo em um programa de cooperação com pesquisadores brasileiros naquelas áreas, concebido e coordenado por Gelson Fonseca – diplomata e intelectual, embaixador, atualmente diretor da Funag [Fundação Alexandre de Gusmão] no Rio de Janeiro –, um pioneiro na aproximação do Itamaraty com a comunidade de pesquisadores do país. Também por esta época, mais especificamente no final dos nos de 1970, a Fundação Ford decidiu investir em um programa de porte médio sobre Relações Internacionais no Iuperj, tendo sido possível financiar a vinda de Guillermo O'Donnell para uma estada de dois anos e a contratação de um professor permanente para a pós-graduação, o Alexandre Barros. No âmbito deste convênio, foram oferecidas disciplinas sobre autoritarismo e regimes políticos na América Latina; liberalização e democratização na

América Latina e Europa; atores e questões globais nas relações internacionais; hegemonia na América Latina; introdução às teorias do Estado e armamentos e conflitos na América Latina. Também foi possível realizar um programa de pesquisas sobre exportações não tradicionais e suas implicações políticas para os países do Sul, na época chamados de países em desenvolvimento, com a participação de Alexandre Barros, Zairo Cheibub e eu. Naquele momento, o contexto intelectual e universitário no país fervia com debates sobre questões da democracia e os processos de transição democrática. Também no Iuperj, desenvolvíamos um projeto institucional, com a participação de vários colegas, sobre o tema da democracia e também participei de pesquisas nesta área, em especial sobre o contexto internacional e a democratização. Várias das teses defendidas neste período focalizavam a natureza e a dinâmica do estado autoritário, mas não havia quase nada sobre a política externa do período autoritário. De certa forma, minha escolha foi baseada na constatação "ah, ninguém está fazendo, por que não faço?", foi um pouco assim. Mas teve uma coisa que foi definidora: quando cheguei, em 1986, imediatamente me chamaram para trabalhar no Instituto de Relações Internacionais, que ingressei em 1987.

LP: *Instituto de Relações Internacionais [IRI] da PUC.*

MRSL: Quem me chamou foi o...

LP: *Antônio Carlos?*

MRSL: Não, ele não estava mais lá.

LP: *Luiz Gonzaga? Em que ano foi?*

MRSL: Em 1987, quando entrei na PUC.

LP: *Você já tinha voltado do doutorado.*

MRSL: Pois é, foi quando voltei do doutorado, já tinha defendido a tese e era doutora.

LP: *Então era o Gerson Moura, o Luiz Gonzaga, Antônio Carlos Peixoto...*

MRSL: Luiz Gonzaga me chamou, ele era o diretor do IRI. Eu me dava muito bem com o Gerson Moura.

LP: *Mas tem o período do doutorado aí.*

CM: *Você defende a sua tese, que foi publicada em inglês aqui no Brasil pela Funag, mas você ficou um ano nos Estados Unidos para defender a sua tese?*

MRSL: Acho que fiquei um ano escrevendo.

LP: *Para escrever a tese.*

CM: *Escrevendo, defende, volta para o Brasil e vai para a PUC e o Iuperj.*

MRSL: Em 1986 voltei para o Iuperj e um ano depois ingressei no IRI da PUC-Rio. Eu fazia uma divisão, os cursos que dava no Iuperj eram em uma linha mais de Ciência Política, política social, comparada e comecei a dar uns cursos diferentes sobre soberania, que não eram cursos de política

externa – não me lembro qual foi o curso de política externa que dei. Mas, na PUC, dava sempre o curso de teoria das Relações Internacionais e, às vezes, de Análise da Política Externa brasileira.

LP: *Mas essa sua bagagem de teoria das relações internacionais e de análise de política externa você adquiriu nesse ano que estava escrevendo a sua tese? Porque a sua tese é de política externa brasileira.*

MRSL: Não, durante o doutorado eu havia tido vários cursos de política externa e teoria das relações internacionais.

LP: *E você decide como tema de tese a política externa brasileira, trabalha com isso e se torna uma especialista em relações internacionais e política externa no seu retorno.*

MRSL: Por que escolhi esse tema?

CM: *Eu ia perguntar como você chegou à economia política da política externa.*

MRSL: Teve um tema que eu gostava, que era o tema internacional, com uma ideia de que não tinha praticamente nada sendo feito. Foi nesse período em que eu era *ABD – all but dissertation* – que conheci Monica Hirst, que trabalhava com política externa, e Gerson Moura; os conheci quando trabalhavam no CPDOC [Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil]. Foi uma junção de elementos. Esses pesquisadores já trabalhavam com política externa de uma perspectiva mais histórica, tanto que a Monica fez o mestrado dela aqui comigo, aliás a primeira dissertação de mestrado que orientei no Iuperj, em 1982**.**

LP: *O mestrado do Gerson é do Iuperj também.*

MRSL: Sim, de 1979. Teve uma junção em algum momento, porque a primeira definição que fiz do meu projeto de pesquisa, que não me lembro bem, não foi exatamente o que acabou sendo**.**

CM: *Mas quando você chegou aos Estados Unidos para passar esse ano, já chegou orientada, com um projeto.*

MRSL: Sim, tive uma longa conversa com Wanderley e Olavo, disse o que estava pensando fazer e eles me ajudaram a montar o esquema analítico utilizando o Mancur Olson e a teoria da ação coletiva que líamos e estudávamos muito aqui quando ainda era assistente de pesquisa e depois já como professora. Complementei a minha formação voltando para cá. E fui montando, na linha dos dilemas da ação coletiva, o meu projeto de tese que não era o que havia defendido anos antes, ainda nos anos de 1970, tanto que o projeto que tinha defendido não tinha nada a ver com o que levei. Já cheguei com um *outline* do que ia fazer, com praticamente toda a pesquisa já feita; conversei com meu orientador, que era supertranquilo e ele aceitou. Complementei o material da pesquisa já realizada consultando os arquivos da ONU [Organização das Nações Unidas] sobre desarmamento e também os volumes do *Foreign Relations of the United States*, uma publicação que contém documentação primária sobre a política externa norte-americana. No fundo, foi uma confluência de diversos fatores. Mas eu tinha um interesse forte pelo tema internacional, porque foi sempre uma área que me interessou.

LP: *E nesse processo em que você abandona o outro projeto, tem essas conversas com o Olavo e com o Wanderley, redesenha o seu projeto, outro tema, autores brasileiros te influenciaram? Porque você está fazendo muita referência a alguns autores que entrou em contato nos Estados Unidos, mas e os dez anos que ficou aqui? Porque, na verdade, foram dez anos em que redefiniu sua pesquisa. Algum debate,*

alguma discussão, alguns autores brasileiros ou latino-americanos te influenciaram, em particular, para chegar ao projeto que chegou ou ao tema que chegou sobre a política externa brasileira?

MRSL: Ainda que possa ser considerado um autor na linha dos estudos da dependência, creio que Hélio Jaguaribe foi um autor que teve grande impacto em mim para pensar a política externa. Alguns dos autores latino-americanos da época utilizavam um enfoque mais estrutural derivado das teorias do imperialismo e mesmo das versões mais ortodoxas da dependência. Política externa era vista como reflexa das condições de dependência e apenas quando havia uma crise estrutural do sistema internacional ou do capitalismo havia algum espaço para a política externa. Esta literatura não dava muito espaço para se trabalhar com a agência da política externa, mesmo no caso da teoria da dependência que não tinha propriamente uma teoria de política externa. Diria que o Hélio Jaguaribe – também o conheci em seminários que ofereceu no Iuperj –, em especial seus textos sobre política externa e a questão da autonomia, foi uma influência importante nos meus trabalhos posteriores. A ideia de política externa começou a ficar mais forte. E teve, também, a relação forte que estabeleci, desde o final dos anos de 1970, com o Gerson Moura e com Monica Hirst, que foram alunos e depois coautores de trabalhos sobre temas de política externa. Enfim, houve uma confluência de fatores. Tem coisas na nossa vida que não são muito planejadas, ainda mais nesse momento. Os caminhos estavam se abrindo, a verdade é essa.

CM: *E você volta dos Estados Unidos com a tese pronta, está inserida em duas instituições e o Brasil está se redemocratizando.*

MRSL: Exatamente. Quando cheguei em 1986, o mundo já era outro, a novidade era a discussão sobre globalização e, logo depois, o fim da Guerra Fria. Acho que teve uma mudança radical no debate acadêmico com relação à dimensão externa e com as discussões sobre globalização, havia muito mais espaço para a política externa. Eu tinha essas duas cabeças: dava os cursos de Relações Internacionais e Política Externa na PUC e cursos mais de política comparada, política social, *welfare state* – mas que também tinham essa junção do interno e do externo – no Iuperj.

LP: *Você fez referência ao fato de que o mundo havia mudado, sem dúvida nenhuma, mas tinha mudado para a inserção acadêmica de uma mulher nessa área, ou não fez diferença para você? Na sua trajetória toda, foi mudando, de algum modo, a sua inserção profissional, a receptividade, a troca com seus colegas isso tendo influenciado mais ou menos o fato de você ser uma mulher na área de Ciência Política agora doutora?*

CM: *O que o seu gênero afetou a sua vida profissional, acadêmica?*

MRSL: Acho que tem muito a ver com o contexto em que me profissionalizei. Já começou na universidade, tive muitas colegas mulheres e mulheres que se profissionalizaram posteriormente. Sempre brinquei: as mulheres estudavam e os homens faziam política.

CM: *Na graduação.*

MRSL: Sim, na graduação. Mas isso, de certa forma, continuou. Claro que a situação já era outra, mas mesmo quando, no Iuperj, trabalhávamos como assistentes, já havia pessoas como a Eli Diniz que, depois, se tornou professora; Neuma Aguiar, Elisa Reis, todas professoras. Havia, claro, sempre um número menor de mulheres, mas, de certa forma, como era o grupo era mais homogêneo, mais ou menos a mesma idade – a não ser o Wanderley e o César que eram um pouco mais velhos – não sentia essa diferença. Ninguém me obrigava a fazer isso ou aquilo – talvez, de uma forma sem eu perceber. Não sei, posso dizer que tenho uma certa timidez, mas acho que é parte da minha

natureza, não é por ser mulher. O ambiente era expansivo, apesar de ser ditadura, para as Ciências Sociais.

CM: *E houve uma mudança desse ambiente quando se passa da ditadura para a democracia?*

MRSL: Do ponto de vista de recursos para pesquisa nem tanto porque, por exemplo, tivemos recursos durante o período da ditadura. Apesar de tudo, o PNDC (Plano Nacional de Desenvolvimento Científico) do governo Geisel destinou muitos recursos para a ciência e tecnologia. O projeto de Geisel era dar um salto no desenvolvimento para institucionalizar a distensão e o regime. A Finep era a gestora deste fundo e o Iuperj foi contemplado com um bom aporte de recursos para pesquisa. Tivemos uma certa sorte de contar com o apoio do Mário Machado, que era um dos diretores da Finep, que foi responsável pelo investimento da agência em Ciências Sociais, inclusive na Ciência Política. Quando voltei dos Estados Unidos, em 1975, o Iuperj havia recebido um financiamento importante da Fundação Ford para iniciar o programa de pós-graduação, inicialmente em Ciência Politica. Nos anos de 1980, foi o caso da Finep e os recursos para Ciências Sociais foram relativamente expressivos e foi possível dar início ao doutorado e consolidar a pós-graduação do Instituto.

CM: *Recursos nacionais.*

MRSL: Recursos nacionais do governo federal. Tivemos recursos da Fundação Ford por um certo período, mas não foi como no caso do Uruguai em que a Ford praticamente criou o CIESU [*Centro de Informaciones y Estudios del Uruguay*], durante a ditadura uruguaia e impediu a destruição das Ciências Sociais naquele país nos anos da ditadura. Aqui, no período da distensão e do projeto da "abertura gradual", havia recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico. Na verdade, a democratização abriu uma nova agenda de pesquisa. Isso foi importante, especialmente em algumas áreas de Ciência Política e Sociologia. Por exemplo, estudos sobre o processo eleitoral, sobre o legislativo, estudos sobre a transição política, políticas públicas, política social, movimentos sociais – em que a dimensão política era muito forte. E, também, para a pesquisa sobre política externa, afinal de contas havia a expectativa que ela mudaria, já que o Brasil estava se redemocratizando. A agenda de pesquisa se expandiu também impulsionada pelo crescimento da pós-graduação.

CM: *Quando é que você começa a ter estudantes no mestrado e depois no doutorado interessados em fazer dissertações e teses de política externa, seja no IRI, seja no Iuperj?*

MRSL: Desde o início. No IRI o mestrado era de Relações Internacionais.

CM: *Mas o IRI tem mestrado e doutorado a partir de quando?*

LP: *Primeiro começa com o mestrado, acho que foi em 1983.*

CM: *Foi quando você foi contratada.*

MRSL: Não, fui contratada em 1987. O doutorado foi depois.

LP: *O doutorado foi muito depois.*

MRSL: Não me lembro, mas tenho a impressão que no Iuperj minha primeira orientação defendida foi a da Constanza Moreira, do Uruguai. Ela havia participado de um projeto, um *survey* sobre elites

estratégicas e cultura política, que contou com recursos nacionais e internacionais. Recebemos um financiamento de 50 mil dólares, lembro até hoje. Fizemos um projeto semelhante ao anterior sobre Elites e Desenvolvimento, mas agregando no *survey* empresários, políticos, sindicalistas e burocratas. Renato Boschi e Elisa Reis também trabalharam neste projeto, assim como Zairo Cheibub. O estudo foi replicado no Uruguai, coordenado pela Constanza Moreira, que fez na sua tese de doutorado um estudo comparativo entre Brasil e Uruguai. Meus alunos de mestrado começaram a terminar a pós-graduação no início dos anos de 1980 no Iuperj – Monica Hirst, em 1982, foi a primeira – e dos anos de 1990 no IRI. A primeira dissertação que orientei no IRI da PUC foi de Miriam Saraiva em 1990. Não me lembro de mestrandos do IRI irem para o Iuperj fazer o doutorado.

LP: *Fazer o doutorado? Acho que a maioria ia para fora fazer doutorado em R.I., porque não havia doutorado em R.I. Você era uma das poucas, no Brasil, que tinha formação em R.I., uma tese em R.I. e era professora do doutorado do Iuperj.*

MRSL: É, tanto que a Monica Herz fez o mestrado comigo, no Iuperj, sobre o papel da Fundação Ford no Brasil e depois ela foi para *London School*. No caso de Letícia não cheguei a ser sua professora.

LP: *Não, infelizmente... Vou para outra coisa. Você fez uma referência interessante de que essa área das Ciências Sociais sempre teve muitas mulheres, a Eli Diniz e outras tantas; havia certa homogeneidade, mas também em cargos de direção? Havia muitas mulheres?*

MRSL: Fui diretora do Iuperj. Mas sim, havia poucas mulheres em cargos de direção.

CM: *Em que ano foi diretora do Iuperj?*

MRSL: Fui diretora do Iuperj no primeiro ano do governo Collor.

LP: *1989.*

MRSL: Me lembro perfeitamente por causa do confisco da poupança, nunca mais me esqueci, foi um outro momento de estresse para mim. Mas fiquei só um mandato – de 1989 a 1991 –, não fui reconduzida. Logo depois veio o Renato Boschi e, a partir daí, os diretores passaram a ficar dois mandatos.

LP: *Não especificamente no Iuperj, mas ter um cargo de direção no campo da Ciência Política, perante a comunidade como um todo, era mais difícil do que ser uma pesquisadora e uma docente mulher na área?*

MRSL: Acho que nunca disputei, porque não é o meu perfil. Não gosto desse tipo de cargo, não busquei muito, mas talvez a resposta seja sim. Esses cargos, geralmente, eram ocupados por homens. Não sei se havia uma autocontenção, ou se pelo número de pessoas...

CM: *E na sua carreira de pesquisadora, seu interesse sempre foi fazer pesquisa e ensinar, orientar; mas haveria alguma situação difícil relacionada a ser mulher que você gostaria de relatar?*

MRSL: Teve um incidente, uma demonstração de machismo de um colega em uma apresentação da Anpocs [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais] de um trabalho sobre o tratado de não proliferação nuclear. Eu tinha feito um estudo de caso na minha tese de doutorado sobre esse tratado que o Brasil não aderiu na época e elaboramos um trabalho, Monica Hirst e eu, para apresentarmos na reunião da Anpocs.

CM: *Monica Hirst.*

MRSL: Monica Hirst. Na hora do debate, depois da nossa apresentação, este pesquisador, ao invés de fazer uma pergunta ou observação, afirmou: "Ah, duas moças tão jovens, tratando de um assunto tão masculino, tão áspero". Fiquei abobalhada e o Gerson Moura – que era um professor incrível, tenho excelentes lembranças do Gerson – pegou a palavra e disse: "Isso é um comentário idiota, machista". Tinha esse machismo evidente, mas não me lembro de ter sido preterida. No contexto do antigo Iuperj, uma ocasião em que estávamos em uma situação de desacordo dentro do corpo docente, eu fui buscar o apoio para a minha eleição à Diretora-Executiva e um dos meus colegas me respondeu que não iria me apoiar, mas não era por eu ser mulher, creio, era por eu pertencer a um dos lados da disputa. Tanto que ele tentou me emplacar para algum cargo na Faperj para impedir minha candidatura, mas acho que não era por ser mulher, nunca achei. Na verdade, não vejo como eu possa ter vivenciado. E assédio? Também não me lembro. Aliás, isso é uma coisa que acho interessante, os contextos mudaram. Estava recentemente vendo um filme sobre o Vietnã e é muito interessante o que aconteceu nos Estados Unidos. O mesmo aconteceu no Brasil nesta época de liberação das mulheres. A nossa geração de mulheres que foi para a universidade, uma das coisas que descobriu, além da política, foi a liberdade sexual. É uma liberdade que não se tinha e as mulheres não percebiam a aproximação dos homens com assédio, mas como paquera, e as pessoas eram da mesma idade.

CM: *E eram colegas.*

MRSL: Eram colegas. E era assédio ou paquera?

CM: *Era entre colegas estudantes ou entre professor e estudante?*

MRSL: Normalmente entre colegas, não com os estudantes. Sempre fui muito cuidadosa nesse sentido de não misturar muito, mas entre colegas, era todo mundo da mesma idade. A paquera se misturava um pouco, não era assédio, era paquera. Hoje, porque se tem uma diferença de idade muito maior, muitas vezes uma paquera se torna um assédio. Não me lembro, realmente, de ter sentido uma situação em que fui assediada. Era paquera, eu tomava como paquera. E me lembro que era muito cuidadosa de não misturar muito essa dimensão com os estudantes, principalmente em uma certa época, por causa da idade de nossos estudantes. Mas isso é meu estilo. Essa coisa de ser um contexto mais homogêneo tem esse efeito, e também porque acho que o clima era outro, era mais permissivo. Esses filmes me deram certa nostalgia.

CM: *O filme do Fred Mercury agora.*

MRSL: É, o filme do Queen. A liberação do sexo também ocorreu em outros âmbitos, das drogas, por exemplo, nos Estados Unidos, no Brasil e em todo lugar. Era "proibido proibir", um lema da época. Tinha um clima muito permissivo, porque era quase uma revolução para a minha geração.

LP: *Década de 1960, início da década de 1970 tem esse contexto todo e claro que isso transforma a vida de uma pessoa.*

CM: *Até meado dos anos de 1980.*

LP: *Mas a sua inserção, não apenas nessa época, mas a sua trajetória como mulher, na área de Ciência Política, como acadêmica, teve impacto fundamental na sua vida privada? Você diria que seria uma*

pessoa muito diferente se não tivesse feito essa trajetória acadêmica? Em que medida essa trajetória redefiniu projetos de vida provada ou definiu novos...

MRSL: Como disse no início, talvez o divisor tenha sido a universidade, tendo vindo de um certo tipo de família, com um certo tipo de ambiente familiar. A minha trajetória se redefiniu no momento em que entrei na universidade, porque se abriram caminhos que se eu tivesse seguido parte das minhas colegas do colégio talvez não tivesse chegado onde estou hoje.

CM: *Feito Direito.*

MRSL: Ou então casar e fazer universidade só para complementar a formação e não seguir carreira acadêmica. Essa coisa do trabalho foi muito positiva nessa geração. A não ser as "dondocas" mesmo, na minha geração até moças vindas de famílias de classe média sabiam que deviam trabalhar e isso ficou muito claro para mim naquela época. Talvez nem precisasse. Lembro a sensação que tive ao receber meu primeiro salário, de certa liberdade, de poder ter meu dinheiro. Não foi algo que fiz por necessidade, fiz porque descobri que se abria mais um leque de possibilidades, de liberdade de fazer da minha vida o que eu decidisse. O que mudou a minha vida foi a entrada na universidade. Hoje, talvez não faça tanta diferença, porque as pessoas não estudam mais em colégio confessional e só de mulheres. O meu colégio era só de meninas, usávamos uniforme, crucifixo, chapeuzinho... Pensa bem, entrar para uma universidade, fazer um curso de Sociologia em 1963 mudou tudo para mim.

CM: *Queria fazer duas perguntas. Uma sobre a interface entre Ciência Política e os projetos sobre burocracia, elites, políticas sociais, políticas públicas e outra sobre Relações Internacionais stricto senso. Como você vivenciou essa trajetória de namoro, casamento – e vou dizer – divórcio entre essas duas áreas, como você analisaria a sua inserção nessas duas áreas e hoje, diante do quadro que temos atual das relações entre Ciência Política e Relações Internacionais?*

MRSL: Quando entrei para a PUC, não me lembro de ter essa divisão. No Iuperj, às vezes, dava uns cursos heterodoxos de política, globalização, soberania... Mas quando entrei na PUC, onde o curso era de RI, não me lembro de haver discussão sobre a especificidade da área. Isto se torna mais frequente depois da fundação da Associação de RI – e acho que nessa época... Letícia já tinha chegado?

LP: *Voltei em 1992.*

MRSL: Monica também voltou na mesma época, o Gerson também já havia voltado...

LP: *Gerson já tinha falecido. Faleceu acho que em 1990, ou 91.*

MRSL: Uma pessoa como o Gerson teria tido um papel fundamental no processo de institucionalização da área de Relações Internacionais: ele fez o mestrado no Iuperj, em Ciência Política, e a sua tese – que era sobre a autonomia na dependência – tem um diálogo forte com a dimensão doméstica que é fundamental. Acho que não havia doutorado no IRI, tinha só mestrado e tenho a impressão que em Brasília também não tinha doutorado.

LP: *Não, só tinha graduação.*

MRSL: Só tinha graduação. Depois Brasília criou o curso de Relações Internacionais e de Política Comparada. Havia muito mais diálogo, especialmente porque, de certa forma, me parece que a

produção maior de RI era na área de Análise de Política Externa, em que esse diálogo é inevitável. Não me lembro de ter essa distinção tão grande. Lembro, uma vez, que um aluno meu chamou a atenção que muitas vezes em textos de RI a dimensão doméstica era tratada como estrutura – e, na verdade, não é estrutura, ela é tudo, menos uma estrutura – e pouca gente deve ter lido um livro clássico do Kenneth Waltz, que é sobre sistemas de governo, comparando o parlamentarismos inglês com o presidencialismo norte-americano. Neste livro, ele afirma que na esfera doméstica predomina o princípio da hierarquia e na internacional, a anarquia. No parlamentarismo, o poder é mais concentrado e daí surge a diferença entre hierarquia no âmbito doméstico e anarquia na esfera internacional. Mas Ciência Política e Relações Internacionais não eram campos completamente separados, os campos dialogavam mais. Fiz meu doutorado em Ciência Política, em que Relações Internacionais era uma das áreas de concentração. Minha área de concentração foi Política Comparada, mas fiz também exames na área de RI. Sempre fui uma pesquisadora e professora de Ciência Política com um pé nas Relações Internacionais, na verdade com um pé nas duas. Me recordo de quando começou essa conversa de que era diferente e eu não conseguia entender. Sempre bati que tinha de agregar, porque eu vinha de uma tradição em que a pesquisa era sobre o mesmo objeto, a política, uma interna, a outra externa. Achava muito estranho, lembro das discussões que tinha. O Sebastião também era da mesma opinião, que é uma pessoa que veio da área de política e depois entrou na área internacional. Acho que começou a diferenciação quando a área de RI iniciou seu processo de institucionalização e, naturalmente, os especialistas em RI queriam garantir um espaço institucional próprio para a área. Sempre fui contra isso, mas sabia que era uma guerra perdida. Continuariam juntas por algum tempo, mas a tendência seria que as RI se separassem, ainda mais porque as pessoas que iniciaram esse processo de "separação" tinham feito seus doutorados em universidades em que Relações Internacionais era uma área constituída e separada da Ciência Política. Às vezes, fatores fortuitos condicionam as trajetórias futuras, mas sempre achei que não tinha nada a ver.

LP: *Seguindo um pouco o eixo dessa futura publicação, na sua opinião mesmo, como você vê, avalia alguma diferença da inserção das mulheres nesse mundo acadêmico nos dias de hoje e como você percebe se existe uma demanda de uma maior inserção, enfim como você avalia essa condição de hoje da mulher na área de Ciência Política Relações Internacionais no nosso contexto.*

MRSL: Imagino que seja generalizada esta demanda por maior inserção das mulheres também em outras áreas das Ciências Sociais, por quê? Acho que hoje é muito diferente, mudou muita coisa. Tem muito mais competição, os espaços são muito mais reduzidos, as diferenças de geração são grandes e, de certa forma, acho que hoje é mais difícil para homens e mulheres, mas talvez mais para as mulheres.

LP: *Mas isso impacta ambos os sexos, ou você está falando especificamente...*

MRSL: Não, acaba impactando mais no sexo feminino. Em várias áreas isso não ocorre na universidade, mas os salários posteriormente são diferenciados. Na nossa área não, os salários não são diferenciados porque estamos dentro da universidade e as carreiras são institucionalizadas. Não nos lembramos disso, mas é algo extremamente importante e, é claro que, olhando do ponto de vista da ocupação de cargos, sempre a preferência é para os homens e tem o impacto da socialização em que as mulheres se autocontêm. Acho que a minha geração pode ter passado por isso. Posso não ter percebido na época, porque talvez eu não disputasse. Agora, o que tem mudado é que as mulheres percebem, disputam e aí a diferença de tratamento aparece. E as mulheres na área de CP e RI são muito mais heterogêneas do ponto de vista de geração e do ponto de vista de origem de classe. A minha geração era muito mais homogênea do ponto de vista de classe, isso

também faz uma diferença. Mas hoje é mais difícil, talvez porque elas disputam mais em espaços mais reduzidos. Talvez, na minha geração ocorresse uma autocontenção, porque não disputávamos, só onde sabíamos que poderíamos nos dar bem. São poucas as "Marias" da Conceição na nossa história no Brasil, uma mulher que sempre soube se impor.

LP: *Mais alguma coisa que gostaria de acrescentar?*

MRSL: Não... Gostaria de agradecer a vocês o tempo e agradecer a ABCP o convite. Muito obrigada.

LP: *Nós que agradecemos!*